



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Terça-feira, 20 de fevereiro de 2024

Ano VII | Edição nº 1271A

Página 1 de 3

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Atos Oficiais	2
Decretos	2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Guariba, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Guariba poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.guariba.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Guariba

CNPJ 48.664.304/0001-80
Avenida Evaristo Vaz, 1190
Telefone: (16) 3251-9422
Site: www.guariba.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Câmara Municipal de Guariba

CNPJ 01.659.932/0001-03
Avenida Marcelo Ragazzi, 491
Telefone: (16) 3251-1131
Site: www.guariba.sp.leg.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Guariba garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.guariba.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 20 de fevereiro de 2024

Ano VII | Edição nº 1271A

Página 2 de 3

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Decretos

DECRETO Nº 4.529 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2.024

**NOMEIA MEMBROS PARA
COMPOREM O CONSELHO
MUNICIPAL GESTOR DO
PROGRAMA MUNICIPAL DE
PARCERIAS PÚBLICO-
PRIVADAS (PPP), PARA A
MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA
ENERGÉTICA DO PARQUE DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE
GUARIBA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

CELSO ANTÔNIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, no uso das atribuições legais de seu cargo, que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a instituição, no Município de Guariba, por meio da Lei nº 3.649, de 10/10/2023, do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a atividade de agentes do setor privado, os quais, na condição de parceiros da Administração Pública, venham a atuar no implemento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Município e ao bem-estar coletivo acerca da execução de ações, serviços e investimentos voltados à Modernização e Eficiência Energética do Parque de Iluminação Pública de Guariba; e,

Considerando a necessidade de composição do Conselho Gestor do Programa de PPP, conforme dispositivo legal constante do Capítulo II da Lei nº 3.649/2023 ...

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados, para comporem o Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, para a modernização e eficiência energética do parque de iluminação pública de Guariba, órgão superior de caráter normativo e deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, instituído por meio do Capítulo II da Lei nº 3.649/2023, os seguintes membros:

I - Eng. Antonio José Bichara - Secretário de Obras e Infraestrutura Urbana;

II - Márcio Aparecido Contarim - Secretário de Administração Geral;

III - Daniel Louzada - Assessor de Relações Institucionais;

IV - Luciano Duarte Varella - Procurador Municipal;

V - Paulo Dionísio de Sá - Vereador;

VI - Marcelo Alves Verde - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura;

VII - Roberto Luiz de Oliveira Carósio - Assessor de

Gabinete; e,

VIII - Adilson da Silva Porto - membro da Sociedade Civil.

Parágrafo Único - A presidência do Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, ficará a cargo do Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos - Eng. Antonio José Bichara.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.458, de 24/10/2023.

Guariba, 19 de fevereiro de 2.024.

CELSO ANTÔNIO ROMANO

Prefeito do Município de Guariba

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMIERI

Diretora do Departamento de Gestão Pública

DECRETO Nº 4.530 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2.024

**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO
POR TEMPO DETERMINADO DE
FONOAUDIÓLOGA ESPECIALIZADA
EM DISTÚRBIOS DA
DEGLUTINAÇÃO, COM ÊNFASE EM
DISFAGIA, PARA ATENDER A
NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL
INTERESSE DA SAÚDE PÚBLICA,
RELACIONADA A UMA MENOR DE
12 MESES, EM REGIME
DOMICILIAR, COM INSUFICIÊNCIA
RESPIRATÓRIA CRÔNICA DEVIDO
HOLOPROSOCEFALIA ALOBAR, A
FIM DE CUMPRIR DETERMINAÇÃO
JUDICIAL DECORRENTE DE
DEFERIMENTO DE TUTELA
PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, NOS
AUTOS DO PROCESSO Nº
1002474-37.2023.8.26.0222, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IX, e XXIII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, de 05/04/1990, nos termos das normas e condições previstas nas normas e condições previstas na Lei Complementar municipal nº 3.472, de 30/12/2022 e à inteligência do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e...

Considerando que o MM. Juiz de Direito, Dr. Fabiano



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 20 de fevereiro de 2024

Ano VII | Edição nº 1271A

Página 3 de 3

Mota Cardoso, da 2ª Vara Judicial do Foro desta Comarca de Guariba, deferiu a tutela provisória de urgência, no sentido de determinar o atendimento da menor de 12 meses, três vezes por semana, na modalidade home care (assistência domiciliar), de forma alternada com a Fazenda Estadual, conforme consta dos autos do Processo nº1002474-37.2023.8.26.0222, o que torna urgente e necessária a admissão de profissional fonoaudiólogo com especialização em distúrbios de deglutição, com ênfase em disfagia, para o cumprimento da determinação judicial;

Considerando que os profissionais fonoaudiólogos disponíveis na rede municipal de saúde pública não possuem especialização adequada para atender à menor necessitada com urgência, nem nas cidades circunvizinhas da região existem profissionais disponíveis para se deslocar até Guariba, no mínimo duas vezes por semana, para prestar o atendimento domiciliar, que devido à complexidade do quadro de saúde da menor, esse tipo de tratamento terapêutico, na área da disfagia, somente é ofertado no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, via sistema ambulatorial CROSS, mas que mesmo com inscrição feita e pedido de urgência, precisa aguardar liberação de vaga pela Central, o que, no caso em questão, não é possível esperar...

DECRETA:

Art. 1º. Fica ratificada a contratação por tempo determinado de profissional Fonoaudiólogo especializado em distúrbios de deglutição, com ênfase em disfagia, mediante o processo simplificado de contratação, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse da saúde pública, consistente de uma criança de 12 meses, portadora de Holoprosencefalia (HPE), Cegueira Total e Traqueostomia, em regime de assistência domiciliar (home care), de conformidade com o disposto no art. 1º, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar nº 3.472, de 30/12/2021 (admissão de profissional de saúde temporário), com vistas a atender à determinação judicial, decorrente de deferimento da Tutela Provisória de Urgência, nos autos do Processo nº 1002474-37.2023.8.26.0222.

Parágrafo Único. A contratação, a que se refere este artigo, é por tempo estritamente necessário para atender à necessidade temporária de excepcional interesse da saúde pública observada a existência de recursos financeiros e o prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que presentes razões de interesse público, devidamente justificado acerca da ordem judicial.

Art. 2º. As despesas resultantes deste decreto correrão à conta das dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, se necessário, nos termos do art. 43, da [Lei federal nº 4.320, de 17/03/1964](#).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guariba, 19 de fevereiro de 2024.

CELSON ANTONIO ROMANO

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município, de 05/04/1990..

ROSEMEIRE GUMIERI

Diretora do Depto. de Gestão Pública

.....